



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/04/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. COMARCAS.....	2 - 3
1.3. EVENTOS.....	4
1.4. JUÍZES.....	5 - 6
1.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	7
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. JUÍZES.....	8
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	9
3.2. COMARCAS.....	10
3.3. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	11 - 13
3.4. JUÍZES.....	14
3.5. VARA CRIMINAL.....	15

Lavagem de dinheiro

Apenas em 27 estados, o Ministério Público Federal tem condições de apreciar os casos com indícios de suspeitas de desvios de recursos da União.

Desses, apenas sete são dotados de varas especializadas em lavagem de dinheiro, mas não dispõem de um juiz para julgar esse tipo de crime.

O Maranhão é um deles e por onde transitam quase mil e quinhentos processos.

2ª Vara Judicial é instalada na Comarca de Buriticupu

A solenidade ocorreu na sexta-feira, 7, no Fórum da cidade; o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, disse que a instalação dessa unidade judicial é uma das metas de sua gestão

BURITICUPU

A 2ª Vara Judicial da Comarca de Buriticupu foi instalada na sexta-feira, 7, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, em solenidade no Fórum da cidade, distante 417 km de São Luís (MA). A leitura da ata de instalação foi feita pela secretária judicial, Fernanda Oliveira Pinheiro.

A instalação da 2ª Vara de Buriticupu, segundo o desembargador Cleones Cunha, dá cumprimento ao segundo dos dois principais objetivos de sua gestão. “Quando assumi a Presidência do Tribunal, eu disse que tinha dois objetivos prioritários: o primeiro, colocar juízes em todas as comarcas, e o segundo, que a primeira vara a ser instalada seria a 2ª Vara de Buriticupu, em razão do volume de processos em andamento na comarca. Neste momento, estou cumprindo isso”, salientou o presidente, ressaltando que já nomeou 16 juízes em comarcas de entrada inicial e que, durante a gestão da desembargadora Cleonice Freire, no biênio 2014/2015, 30 nomeações de juízes foram feitas, restando apenas duas comarcas sem juiz titular.

O presidente do TJMA, Cleones Cunha, parabenizou, ainda, o juiz Duarte Henrique Ribeiro de Souza e

servidores, por todo o trabalho desenvolvido na Comarca de Buriticupu, que tem tentado e conseguido carregar nos ombros toda a prestação jurisdicional da comarca.

Expectativas

Para o magistrado Duarte de Souza, as expectativas são as melhores possíveis. Ele considera que a demanda processual é grande e, certamente, a instalação de uma nova unidade judicial contribuirá para a melhoria da prestação jurisdicional, refletindo em benefícios incontáveis para a população local, já que a tramitação de processos será mais célere, e as soluções de conflitos mais rápidas.

“Essa aproximação do Poder Judiciário junto à população é salutar para uma melhor pacificação social. A Comarca de Buriticupu é um grande desafio, o fórum pode e deve ser considerado uma casa do povo, destinada ao abrigo da prestação jurisdicional e que acolherá todos aqueles que buscam a solução dos conflitos de seus interesses”, declarou o magistrado.

O desembargador Cleones Cunha também fez um agradecimento especial ao prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues, por colaborar na instalação da 2ª Vara. “Sem a ação da Prefeitura em ceder servidores para o trabalho, não conseguiríamos instalar essa unidade”, frisou.

Informações

A 2ª Vara Judicial de Buriticupu – criada em 2008, conforme Lei Complementar nº 119 – inicia suas atividades com cerca de 6.500 processos judiciais. A unidade tem competência para julgar processos relacionados aos direitos de Comércio; Crime; Família; Infância e Juventude; Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular e do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Entorpecentes; Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Habeas Corpus e Juizado Especial.

A Comarca de Buriticupu, onde tramitam aproximadamente 13 mil processos, tem como termo judiciário o Município de Bom Jesus da Selva, abrangendo uma população estimada superior a 100 mil habitantes.

Projetos

Entre os projetos desenvolvidos na Comarca de Buriticupu, destaca-se o projeto “Pai Presente” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. “A quantidade de pessoas nesta condição no município é grande, e o projeto visa exatamente combater essa triste realidade, fazendo com que a nova geração possa ser inserida civilmente na sociedade”, explicou Duarte de Souza. ●

**A 2ª Vara inicia
atividades com
6.500 processos**

**Na Comarca
tramitam cerca de
13 mil processos**



Magistrados descerram placa que formaliza a instalação da 2ª Vara Judicial da Comarca de Buriticupu

MAIS

Participantes da cerimônia

Também participaram da cerimônia, os juízes Ailton Gutemberg Lima (3ª Vara de Codó), Selecina Henrique Locatelli (Comarca de Arame) e Joaquim da Silva Filho (Vara da Fazenda Pública de Açailândia); o promotor de Justiça Peterson Armando de Abreu; a defensora pública Mayara Braga; a representante da OAB, advogada Stela Anicácio (presidente da Subseção de Açailândia); o prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues; o presidente da Câmara dos Vereadores de Buriticupu, Jairo Macedo Lima; o prefeito e o vice-prefeito de Bom Jesus das Selvas, Luís Fernando Coelho e Franklin Duarte; o delegado Diogo de Melo e o major Nelson Júnior; além de vereadores, secretários, servidores do Judiciário e comunidade local.

TJMA promoverá a Semana da Infância

O evento é alusivo ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoverá, de 15 a 19 de maio, a II Semana da Infância. O evento, realizado de forma pioneira pelo Judiciário maranhense, é alusivo ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes – 18 de maio. As ações têm o apoio da Corregedoria Geral de Justiça, do Ministério Público e prefeituras municipais.

Durante a semana, além de divulgar práticas adotadas pela Justiça maranhense em prol da causa social, as varas e comarcas de todo o Estado se concentrarão no julga-

mento do maior número de processos, envolvendo violência e abuso a crianças e adolescentes e direitos infanto-juvenis. Também são pautadas ações em trâmite nas Varas de Família.

Atividades

Na primeira edição, participaram mais de 30 juízes com cerca de 400 processos. Nas diversas comarcas, são realizadas caminhadas, passeatas, abordagens e distribuição de materiais informativos, como cartilhas sobre Depoimento Especial – técnica especial utilizada por profissionais para coletar declarações dos menores, no momento da audiência. ●

Roda Viva

A juíza e o reitor

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



Na semana passada, a opinião pública foi surpreendida com a decisão da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Luzia Medeiro Nepunucena, que solicitara a prisão do reitor da Universidade Estadual do Maranhão, professor Gustavo Pereira da Costa, por desacato à ordem judicial.

Eu não conheço pessoalmente e nem profissionalmente a juíza Luzia Medeiro de Neponucena. Por isso, eximo-me de fazer maiores considerações ou juízo de valor sobre a sua atuação no exercício da judicatura, embora ache que cometeu uma injustiça contra uma pessoa íntegra e do bem.

Antes, porém, de deter-me sobre a figura humana do exemplar aluno, do notável professor e do competente reitor da Universidade Estadual do Maranhão, Gustavo Pereira da Costa, do qual posso falar de cátedra, devo dizer algo a respeito da instituição onde o conheci: a Federação das Escolas Superiores do Maranhão, criada pelo governador Pedro Neiva de Santana, que juntou as faculdades de

“Depois desse preâmbulo, reporto-me a Gustavo, o qual, em sala de aula, impressionou-me pela grandeza de caráter, pelo bom comportamento e interesse pela Ciência Política, disciplina que eu ministrava no segundo período do curso de Administração”

Administração, Engenharia, Agronomia, Veterinária, fundadas pelo ex-governador José Sarney.

A transformação da Federação das Escolas Superiores do Maranhão em Universidade Estadual do Maranhão, ato realizado pelo governador João Castelo, alterou a minha situação no corpo docente da nova instituição. De professor contratado, galguei à titularidade da disciplina Ciência Política, no curso de Administração.

Depois desse preâmbulo, reporto-me a Gustavo, o qual, em sala de aula, impressionou-me pela grandeza de caráter, pelo bom comportamento e interesse pela Ciência Política, disciplina que eu ministrava no segundo período do curso de Administração.

Ele se diferenciava do resto da turma por não se comprazer apenas com o discurso do professor. Cultivava a arte de questionar, sempre querendo avançar e saber mais. Gostava tanto de política que imaginei vê-lo às voltas com a militância partidária após a conclusão do curso, o que não aconteceu.

Todos os professores o admiravam e não economizam elogios à sua maneira de ser dentro e fora da sala de aula. Não à toa, ao ser diplomado foi apontado como o melhor aluno da turma.

Para a minha alegria, concluído o curso, Gustavo não deixou a Uema. Sem perda de tempo partiu para o mestrado e o doutorado, após o que, mediante concurso, ingressou no quadro de docente da instituição, destacando-se pela competência, seriedade e compromisso profissional, que o fizeram ocupar os mais altos cargos da Universidade Estadual do Maranhão até chegar a reitor, posto que eu, sem ser profeta, anunciei publicamente que um dia ele chegaria a exercê-lo, com honra e dignidade.

Quem o conhece, sabe que ele cumpre rigorosamente os deveres de cidadão, de professor e de gestor de uma instituição universitária, onde começou como aluno e ao longo do curso aprendeu a respeitar as leis, principalmente as emanadas das autoridades judiciais.

Deputada tem duas ações contra superfaturamento

Andrea Murad denunciou à Justiça a compra de medicamentos pela Secretaria de Saúde

Duas ações populares ajuizadas pela deputada estadual Andrea Murad (PMDB), acionando a Justiça para o ressarcimento de recursos públicos aos cofres do Estado por atos lesivos praticados pela Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH), se encontram na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

As peças tratam da compra de medicamentos com valores superfaturados denunciados pela deputada. Segundo ela, mais de R\$ 37 milhões em contratos sem licitação feitos pela EMSERH são considerados suspeitos.

“Identificamos dezenas de contratos na EMSERH feitos por dispensa de licitação no período de abril a setembro do ano passado, sendo a maioria agosto e setembro, justamente em um ano eleitoral. Além dessa avalanche de dispensas, verificamos os valores. Os praticados na compra de remédios para tratamento do câncer são injustificáveis até porque a própria EMSERH e a própria Secretaria de Estado da Saúde haviam registrados preços bem inferiores, só que preferiram comprar diretamente de outra empresa num valor até 500% mais caro que o registrado”, explicou Andrea Murad.

Duas empresas são partes nas ações populares, a Certa Medicamentos Comercial e Mercúrio Comércio de Produtos Médicos Hospitalares.

A ação demonstra que a empresa realizou pregões para registrar

preços do Temozolomida, remédio pra tratamento oncológico. Em janeiro e abril de 2016, foram assinadas duas Atas de Registros de Preços, uma em nome da EMSERH e outra em nome da Secretaria de Estado da Saúde. Porém, a empresa adquiriu os medicamentos por uma contratação direta, sem licitar, mesmo existindo essas duas atas de registro de preços com valores inferiores ao praticado pela Certa. A ação contesta ainda a própria Secretaria ao emitir nota sobre o assunto em 7 de fevereiro deste ano.

Praticamente o mesmo processo de compra superfaturada aconteceu no contrato com a Mercúrio. A EMSERH registrou uma ata utilizando todo procedimento licitatório exigido por lei, mas, novamente, preferiu iniciar um novo processo de dispensa de licitação e compra os remédios com valores superfaturados. Um valor 68% acima do registrado em ata, em que o governo poderia ter economizado R\$ 172.320,00.

As ações requerem o ressarcimento de mais de R\$ 800 mil aos cofres públicos pelos atos lesivos praticados, onde configuram como partes o Governador Flávio Dino, o secretário de Saúde Carlos Lula, a diretora da EMSERH Ianik Rafaela Lima, Manoel Cícero, da Certa Medicamentos, e José Almeida, da Mercúrio Comércio. E também requer liminarmente que a empresa divulgue no Portal da Transparência do Governo do Estado os pagamentos efetuados durante todo o funcionamento da empresa. ●



Aureliano Neto

Luiz Reis, um maranhense bom de samba

Alguns dados biográficos desse maranhense, cujo nome veio a lume num sarau na casa do amigo e confrade Lourival Serejo, com a auspiciosa lembrança de Saldanha, músico, compositor, poeta e cantor, que sempre abrilhanta o encontro com a sua voz e violão, assessorado pela participação ativa de alguns acadêmicos, que sabem não só escrever bem, mas fazer uso da operística voz, a exemplo do nosso romancista Waldemiro Viana, ou, ainda, de Joaquim Itapary, que não deixa por menos, lembrando de letras das músicas e de acontecimentos pitorescos nos mínimos detalhes.

Voltemos ao maranhense Luiz Reis. Muita gente boa que anda por aí e canta ou gosta de ouvir as músicas que ele fez, desconhece quem seja Luiz Reis, que ele é maranhense e que a canção é de sua autoria.

Nasceu aqui em São Luís, em 31 de março de 1926. Foi batizado com nome de Luiz Abdenago Reis. Morreu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1980. Iniciou a sua carreira artística musical como pandeirista, para depois firmasse como exímio pianista. Mas também tocava bateria e violão. No começo, integrou alguns conjuntos musicais, apresentando-se em cabarés e escolas de dança. Iniciou a carreira profissional em 1943, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para aonde foi com a família após ter passado pelo Rio de Janeiro, onde esteve quando, aos seis anos de idade, saiu de São Luís para a Capital Federal. Em 1944, acabado o período mineiro, fez o seu retorno para o Rio, participando como pianista de programas de rádio, como a Hora do Guri, da Rádio Mauá.

Luiz Reis, esse talentoso maranhense, é um dos personagens principais do livro de Tárk de Sousa, Sambalanco, a bossa que dança - um mosaico, que faz um estudo de um estilo de samba surgido no Rio de Janeiro, a partir do ambiente de bailes e boates, tendo à frente grandes músicos e compositores como Orlândivo, Djalma Ferreira, Ed Lincoln, Luiz Bandeira, João Roberto Kelly, Luiz Reis e outros. Consta no livro que a ida de Luiz Reis para o Rio de Janeiro foi em razão de o seu pai cumprir mandato de deputado federal. Não há dados a respeito do pai de Luiz Reis, que, como parlamentar, levava a família e o filho para a Capital da República. Sabe-se que, como autodidata, teve início a sua carreira musical em Minas Gerais, quando já dominava o piano, o violão, a bateria e o pandeiro. Seu grande parceiro musical foi Haroldo Barbosa, com o qual criou inesquecíveis sucessos, que são até hoje regravados. O samba Devagar com a louça, da autoria dos dois, teve famosos intérpretes, como Elsa Soares, Miltoninho e Elis Regina. Apenas para lembrar: Devagar com a louça é um samba de balanço, ou sambalanco, típico, com esta primeira parte: Devagar com a louça / Que eu conheço a moça / Vai devagar, devagar / Eu conheço a moça / Vai devagar / Pra não errar.

Notícia de jornal é outra das canções dos dois parceiros, que foi interpretada por grandes ícones da música brasileira. Elizeth Cardoso gravou em 1960, possibilitando a trajetória de sucesso da dupla. Essa música, Notícia de jornal, tem esses consagrados versos: Tentou contra a existência num humilde barracão / João de tal, por causa de um tal João / Depois de medicada retirou-se por seu lar / Af, a notícia carece de exatidão / O lar não mais existe, ninguém volta ao que acabou / Joana é mais uma mulata triste que errou / Joana errou de João / Ninguém notou, ninguém morou / Na dor que era o seu mal / A dor da gente não sai no jornal. Chico Buarque cantou essa música e muita gente pensou que era dele, porque retrata um drama do cotidiano, que Chico sempre soube captar, desde Pedro pedreiro. Lembrete? O último verso é bem buarqueano, embora não o seja: a dor da gente não sai no jornal.

O acervo musical de Luiz Reis é de imensa qualidade. Alguns resgates lhe estão sendo feitos, a partir do livro de Tárk de Sousa. Ainda assim, as informações são modestas. Esse maranhense merece ser mais estudado. Recebeu de Nássara, compositor e caricaturista, o apelido de Cabeleira, dadas as suas exuberantes madeixas. Considerado um dos maiores boêmios do Rio nos anos 60 e 70, presente nos bares de piano da Zona Sul carioca, deixou uma obra eterna. Vejamos algumas: Faço um lé, lé, lé (Ninguém, ninguém carrega nega / Eu trouxe a nega pra sambar), Palhaçada, conhecida por Cara de Palhaço (Cara de palhaço / Pinta de palhaço / Roupas de palhaço / Foi este o meu amargo fim), Só vou de mulher (Eu acredito que pescaria / Seja o esporte ideal / Descansa o espírito / E sossega um homem temperamental / Mas se quiserem estragar minha alegria / E só me carregar pra pescaria), Canção da manhã feliz (Luminosa manhã / Pra que tanta luz / Dá-me um pouco de céu / Mas não tanto azul), Meu nome é ninguém (Foi assim / A lâmpada apagou / A vista escureceu / Um beijo então se deu / E veio a ansia louca), Nossos momentos, que, na divina interpretação de Elizeth, ficou para a eternidade. Trata-se de uma das mais belas canções românticas da música brasileira. Confira os dois primeiros versos: Momentos são iguais àqueles em que eu te amei / Palavras são iguais àqueles que eu te dediquei / Eu escrevi na fria areia, um nome para amar / O mar chegou, tudo apagou / Palavras levam o mar). Este é um pedacinho de Luiz Reis, um maranhense bom de samba. Como em sua música, Tudo é magnífico!

aureliano_net@zipmail.com.br

Miudinhas

- Durante solenidade de instalação da 2ª Vara da Comarca de Buriticupu, foram empossados os juízes titulares das duas unidades judiciais da comarca. Thales Ribeiro de Andrade e Duarte Henrique Ribeiro de Souza assumiram, respectivamente, as 1ª e 2ª Varas.
- As posses foram dadas pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, no Fórum de Buriticupu, ontem (7).

Denúncia recebida

O juiz Felipe Soares Damous, da comarca de Pio XII, recebeu a denúncia do Ministério Público Estadual contra 48 pessoas acusadas pelos crimes de organização criminosa, peculato, falsificação de documento público e falsidade ideológica. O juiz considerou suficientes os indícios de autoria e materialidade.

A ação penal teve origem em inquérito civil instaurado pelo MP para investigar a existência de “funcionários fantasmas” em Pio XII, no âmbito da “Operação Descarrego”.

dar maior celeridade aos processos que envolvam direitos...

Neste ano, queremos ampliar o número de magistrados integrados à ação, a fim de dar maior celeridade aos processos que envolvam direitos de crianças e adolescentes, seja com realização de audiências ou com sentenças, despachos e decisões”, planeja o desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Infância

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) promoverá, de 15 a 19 de maio, a II Semana da Infância. O evento, realizado de forma pioneira pelo Judiciário maranhense, é alusivo ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes – 18 de maio. As ações têm o apoio da Corregedoria Geral de Justiça, do Ministério Público e prefeituras municipais.

Infância

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoverá, de 15 a 19 de maio, a II Semana da Infância. O evento, realizado de forma pioneira pelo Judiciário maranhense, é

alusivo ao Dia Nacional de Combate à Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes – 18 de maio. As ações têm o apoio da Corregedoria Geral de Justiça, do Ministério Público e prefeituras municipais.

Justiça proíbe eventos em bares irregulares de Olho D'água das Cunhãs

Decisão proferida pelo Poder Judiciário em Olho D'água das Cunhãs determina que o Município proíba a realização de festas, shows e eventos em alguns bares da cidade e em todos os estabelecimentos comerciais congêneres que não possuam alvará do Corpo de Bombeiros, ficando autorizado, desde já, a lacrar portas e remover mobiliário, sob pena de multa à pessoa física do prefeito, fixada em R\$ 30 mil. A decisão foi proferida em tutela de urgência, com efeitos imediatos, e tem a assinatura do juiz Felipe Damous, titular de Pio XII e respondendo por Olho D'água das Cunhãs. A decisão determina ainda que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente inicie, no prazo de 30 dias, o processo de autorização de festas e discipline o funcionamento de estabelecimentos comerciais que se utilizam de instrumentos sonoros de qualquer espécie no Município. Relata a peça inicial que culminou com essa decisão, que a Promotoria de Justiça da comarca vem recebendo inúmeras reclamações de perturbação da paz, sossego, saúde física e mental causadas por instrumentos. Há ainda a acusação de que o Município de Olho D'Água das Cunhãs teria concedido alvarás de funcionamento a estabelecimentos, nos quais há grande concentração de público, sem aferir se as condições de segurança foram atestadas pelo Corpo de Bombeiros.

Onde ficam?

O deputado federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB) depôs ontem (7), na 7ª Vara Criminal de São Luís, no processo sobre a construção supostamente superfaturada dos 64 hospitais do interior, em 2009, no governo Roseana Sarney (PMDB).

Disse que atualmente ninguém sabe onde ficam esses hospitais. E que em nada melhoraram a saúde da população maranhense, pois, para o parlamentar, só havia a necessidade de hospitais regionais.